



GT 08. Antropologia das Emoções

Coordenador(es):

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Raphael Bispo dos Santos (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

Sessão 1

Debatedor/a: Eduardo Moura Oliveira (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Monalisa Dias de Siqueira (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 3

Debatedor/a: Ceres Gomes Víctora (UFRGS)

O objetivo deste grupo de trabalho é reunir pesquisas que tenham como foco analítico a compreensão da maneira como as dimensões emocionais integram a vida social e dão sentido às experiências dos sujeitos. As pesquisas em Antropologia das Emoções se consolidaram no Brasil nas últimas duas décadas - a partir de perspectivas de campo variadas e com linhas teóricas específicas -, problematizando oposições centrais no pensamento antropológico, tais como indivíduo versus sociedade, natureza versus cultura, micro versus macro, mente versus corpo, privado versus público, interno versus interno, entre outras. Esse grupo de trabalho elege três focos principais do debate sobre emoções: a) sua capacidade micropolítica; b) a dimensão moral da vida emocional; e c) a relação entre emoções e temporalidade. As principais temáticas a serem contempladas são: a) emoções, gênero e sexualidade; b) emoções e religiosidades; c) emoções, geração e curso da vida; d) emoções e política; e) emoções e movimentos sociais; f) emoções e discursos/práticas profissionais; g) emoções, consumo e lazer.

Para uma Antropologia das Emoções do meio jurídico: poliafetividade e multiparentalidade no Brasil contemporâneo

Autoria: Antonio Cerdeira Pilão (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

O termo poliamor, formulado nos anos 1990, nos Estados Unidos, se refere à possibilidade de estabelecer relações afetivo-sexuais com mais de uma pessoa de forma concomitante e consensual. O poliamor emerge como uma alternativa à monogamia que coloca a possibilidade de amar a mais de uma pessoa e manter mais de um relacionamento ao mesmo tempo. O seu surgimento, no final do século XX, se relaciona a uma série de transformações no âmbito da sexualidade, tais como a intensificação de um ideário igualitário de conjugalidade; a institucionalização do divórcio e o aumento da legitimidade das relações conjugais entre pessoas do mesmo sexo. Os poliamoristas se inspiram no movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), afirmando que a crítica à norma monogâmica pode se aliar à da norma heterossexual, alcançando maior visibilidade e legitimidade. Este work, que é parte da pesquisa que vem sendo desenvolvida no pós-doutorado do PPGCSO-UFJF, volta-se às controvérsias relacionadas ao reconhecimento de formas de família e de conjugalidade que se afastam do modelo de casamento monogâmico, heterossexual e reprodutivo. O objetivo é compreender as motivações, as estratégias e as consequências de se adotar o Estado como interlocutor privilegiado. Assim, no contexto atual de judicialização das formas de amor e de conjugalidade, consubstanciado no reconhecimento, em 2011, das uniões homoafetivas?, procura-se, a partir de uma perspectiva da Antropologia das Emoções, investigar os medos, conflitos e desejos que permeiam os sujeitos em busca da consagração jurídica das uniões



poliafetivas? e da multiparentalidade no Brasil. Além de recuperar o material produzido ao longo das pesquisas de mestrado e de doutorado (2011-2017), que privilegiou a etnografia em torno do meio não-monogâmico brasileiro, propõem-se a condução de entrevistas com pessoas que almejam ou que conquistaram o reconhecimento de suas relações e a análise de documentos jurídicos relacionados a esses processos. Acredita-se que, a partir de uma perspectiva da Antropologia das Emoções será possível ampliar as abordagens acadêmicas predominantes no Brasil sobre o tema que, vinculadas ao Direito, priorizam o debate legal e a racionalidade técnica, retirando o foco dos movimentos, contradições, dúvidas e anseios individuais e coletivos. Com isso, a proposta é analisar as emoções tanto no plano intersubjetivo, a partir dos discursos dos interlocutores sobre seus amores, medos e sofrimentos, quanto na cena pública, considerando a forma como os afetos se convertem em discursos jurídicos, como se materializam em documentos, compreendendo as consequências desse processo de judicialização das emoções.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: